

## Notificação à Empresa – Pedido de Esclarecimentos sobre o Despedimento

**Processo n.º 1234/2026 – Despedimento por Justa Causa – Uso Indevido de Email Corporativo**  
**Autor/Requerente:** José Manuel da Silva, NIF 123 456 789, residente em Rua das Flores, n.º 45, 1.º Esq., 1050-123 Lisboa

**Réu/Requerido:** XYZ – Serviços e Tecnologias, Lda., NIF 987 654 321, sede em Avenida da República, n.º 250, 4.º Esq., 4000-234 Porto

### Mandatários do Requerente:

- Dr. António Ribeiro, advogado, OAB 12345, escritório em Rua de São Bento, n.º 12, 3.º Dto., 1200-345 Lisboa
- Dra. Sofia Carvalho, advogada, OAB 67890, escritório em Rua de Santa Catarina, n.º 78, 2.º Esq., 1200-567 Lisboa

**Juíza:** Dr.ª Maria de Lurdes Santos – Tribunal Judicial do Trabalho de Lisboa

Lisboa, 22 de fevereiro de 2026

### 1. Objeto da Notificação

Nos termos do artigo 667.º do Código de Processo Civil, vem o Requerente, por intermédio dos seus mandatários, **notificar a Empresa XYZ – Serviços e Tecnologias, Lda.** para que, no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, a contar da data da presente, proceda à entrega dos documentos que fundamentam a alegada justa causa e o procedimento adotado no despedimento de José Manuel da Silva, ocorrido em 10 de janeiro de 2026.

### 2. Fundamentação Legal

1. **Artigos 332.º a 339.º do Código do Trabalho** – obriga o empregador a comunicar, por escrito, a justa causa que sustenta o despedimento, indicando de forma clara e detalhada os factos que a motivam.
2. **Artigo 667.º, n.º 1, alínea d), do CPC** – faculta ao demandante a prática de atos de comunicação dirigida à parte contrária, quando se pretende obter documentos essenciais à defesa dos seus direitos.
3. **Jurisprudência do Tribunal Supremo** (Acórdão de 12 de março de 2023, processo n.º 112/21.4T8LSB) – reconhece o dever do empregador de conservar e disponibilizar, quando solicitados, os registos internos que justifiquem a aplicação de medida disciplinar grave.

### 3. Documentos Solicitados

Nº	Descrição do Documento	Observações
1	<b>Cópia da comunicação escrita de despedimento</b> enviada a José Manuel da Silva	Deve conter a data, assinatura do dirigente responsável e a fundamentação legal invocada.
2	<b>Relatório interno de investigação</b> relativo ao alegado uso indevido do email corporativo	Inclui a metodologia de recolha de provas, identificação dos emails analisados e conclusões.
3	<b>Extrato dos emails</b> supostamente indevidos (cópias ou prints)	Deve ser apresentado de forma a permitir a verificação da natureza do conteúdo (pessoal ou profissional).
4	<b>Política interna de utilização do email corporativo</b> (última versão em vigor em 2025)	Inclui as regras de confidencialidade, proibição de uso pessoal e sanções previstas.

Nº	Descrição do Documento	Observações
5	<b>Registo de advertências disciplinares</b> (se houver) dirigidas a José Manuel da Silva nos últimos 5 (cinco) anos	Inclui data, motivo e assinatura da autoridade disciplinar.
6	<b>Acta da reunião disciplinar</b> (se realizada) que resultou na decisão de despedimento	Deve conter a lista de presentes, argumentos apresentados e voto final.
7	<b>Comprovativo de comunicação prévia</b> da intenção de despedimento (ex.: e-mail, carta-convite para reunião)	Para verificar se foi respeitado o procedimento de comunicação prévia previsto no art. 334.º do CT.
8	<b>Lista de testemunhas</b> que participaram na investigação ou reunião disciplinar	Nome completo, cargo e contacto.

#### 4. Prazo e Forma de Entrega

- **Prazo:** 15 (quinze) dias úteis a contar da data de receção desta notificação, ou seja, até **15 de março de 2026**.
- **Forma de entrega:** Os documentos deverão ser remetidos, por via postal registada com aviso de receção, ao escritório dos mandatários do Requerente, situado em Rua de São Bento, nº 12, 3.º Dto., 1200-345 Lisboa, ou, alternativamente, disponibilizados em formato digital (PDF) através de correio eletrónico para o endereço **antoni.ribeiro@advocacia.pt** e **sofia.carvalho@advocacia.pt**, com confirmação de leitura.

#### 5. Consequências da Não-Observância

Caso a Empresa não cumpra, no prazo fixado, a presente solicitação, o Requerente procederá à **interposição de requerimento ao Tribunal Judicial do Trabalho de Lisboa**, requerendo a **imposição de medidas coercitivas** (artigo 702.º do CPC) e a **condenação da Ré ao pagamento de custas e despesas processuais**, bem como à **indemnização por violação do dever de colaboração**.

#### 6. Conclusão

A presente notificação tem por objetivo garantir o pleno exercício do direito de defesa do Requerente, assegurando a transparência e a legalidade do procedimento disciplinar que culminou no seu despedimento. A Empresa XYZ – Serviços e Tecnologias, Lda. está, pois, chamada a prestar todos os esclarecimentos e a disponibilizar a documentação solicitada, nos termos acima expostos.

Sem outro assunto de momento, renovamos os nossos protestos de elevada consideração.

---

**Dr. António Ribeiro**  
OAB 12345

**Dra. Sofia Carvalho**  
OAB 67890